***RAZÕES RECURSAIS***

**MAFTUM ASSESSORIA AGROAMBIENTAL E PLANEJAMENTO-ME**

**1. INEXEQUIBILIDADE DA PLANILHA DE CUSTOS APRESENTADA PELO INSTITUTO GEOMOLÓGICO DO BRASIL LTDA.**

Há inexequibilidade quanto à remuneração dos profissionais de agronomia proposto pelo licitante, visto que o salário mínimo profissional para esta categoria é definido pela Lei Federal nº 4950-A/66, a qual sofreu alteração parcial com a Constituição Federal de 1988, que diz:

......

***Artigo 5º - Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea "a" do artigo 3º, fica fixado o salário - base mínimo de 6(seis) vezes o maior salário mínimo comum vigente no país, para os profissionais da alínea "a" do artigo 4º. é de 5 (cinco) vezes o maior salário mínimo comum vigente no país, para os profissionais da alínea "b" do artigo 4º. Artigo 6º - Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea "b" do artigo 3º, a fixação do salário - base mínimo será feita tomando-se por base o custo da hora fixado no artigo 5º desta lei, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento) \* as horas excedentes das 6 (seis) horas diárias de serviços.***

***Artigo 7º - A Remuneração do trabalho noturno, será feita na base da remuneração do trabalho diurno, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento). Obs: o valor da hora extra foi alterado pela Constituição de 1988 de 25% para 50%. Por analogia pode-se considerar que as horas excedentes de que trata o Art. 6º acima devem ser remuneradas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento), ao invés de 25% (vinte e cinco por cento).***

Logo para o profissional que trabalhar por 8 horas diárias a remuneração correta seria de R$ 8.982,00 (oito mil, novecentos e oitenta e dois reais), visto que o salário mínimo nacional é de R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais). O valor proposto pelo licitante se enquadraria para profissionais operando por 6 horas diárias o que inviabiliza a execução dos laudos e é passível do não cumprimento da proposta em tempo hábil, a não ser que o mesmo disponibilize mais profissionais, o que demanda maior custo operacional.

1.3 Dos veículos

Os valores de locação apresentados pelo licitante não estão de acordo com o mercado da região Sul do Brasil. Os valores médios, para locação de carros nesta região gira em torno de R$ 105,00/dia (cento e cinco reais por dia), considerando que há a necessidade de veículos competentes (suspensão elevada) para enfrentar estradas com má conservação. Considerando as estradas rurais, essas não permitem que o veículo mantenha o consumo médio de 14km/hora (quatorze quilômetros por hora) como o licitante propôs, pois, a baixa velocidade e necessidade de maior torque do motor do veículo faz com que o consumo médio de combustível aumente, em pelo menos 40% (quarenta por cento).

1.4 Da hospedagem e alimentação

Os valores apresentados para hospedagem e alimentação não tem embasamento íntegro. Para a região Sul os valores são impraticáveis quando se considera instalações adequadas e pelo menos três refeições diárias durante a execução dos laudos. O valor médio mínimo para hospedagem é de R$135,00/dia (cento e trinta e cinco reais por dia) e alimentação de R$60,00/dia (sessenta reais por dia).

1.5 Dos cursos e treinamentos

.......demandando investimento de passagens, hospedagens e custos com a própria capacitação, o que R$600,00/mês não cobre as despesas de nem, pelo menos, um técnico.

1.6 Do uniforme

O valor proposto para o uniforme, R$ 45,00, cobre o custo de apenas uma camiseta..... que ao executar suas funções pode comprometer o asseio de sua veste, demandando maior quantidade (no mínimo três unidades), elevando o custo para R$135,00/técnico (cento e trinta e cinco reais o técnico).

Há omissão por parte do proponente quanto aos custos com aluguel, energia elétrica, telefonia internet fixa, entre outros custos que deveriam estar especificados na proposta. A omissão destas informações compromete minimamente o orçamento em R$21.000,00/ano (vinte e um mil reais por ano).

1.8 Das passagens aéreas

Informação importante que não foi demonstrada na planilha, pois pode haver demandas em localidades quão distantes que a rota com veículo terrestre fica inviabilizada.

1.9 Do custo total Por fim, fazendo uma estimativa de custos reais, o valor exequível da planilha de custos seria de R$1.147.654,00 (Um milhão, cento eu quarenta e sete mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais).

**2. INABILITAÇÃO TÉCNICA**

A licitante Instituto Geomológico do Brasil LTDA não apresentou habilitação técnica para o cumprimento do item 10.6.1 e subitem 10.6.1.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº06/2019

Sendo assim, de acordo com item 10.16 do Edital do Pregão Eletrônico nº06/2019, será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no Edital. Ante e exposto, requer o conhecimento desta contestação, julgando-a totalmente procedente para a inabilitação e inexequibilidade da proposta por parte do Licitante Instituto Geomológico do Brasil LTDA.

***CONTRARAZÕES***

**INSTITUTO GEMOLÓGICO DO BRASIL LTDA**

**I – A QUESTÃO DA SUPOSTA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA.**

O autor MARÇAL JUSTEN FILHO ensina que:

“Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular.” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14º Ed, São Paulo: Dialética, 2010, p. 660)

O Tribunal de Contas da União corroborou isso ao julgar que:

**(Acórdão 3092/2014-Plenário, TC 020.363/2014-1, relator Ministro Bruno Dantas, 12.11.2014)**

**“3. A PROPOSTA DE LICITANTE COM MARGEM DE LUCRO MÍNIMA OU SEM MARGEM**

**DE LUCRO NÃO CONDUZ, NECESSARIAMENTE, À INEXEQUIBILIDADE, POIS TAL FATO DEPENDE DA ESTRATÉGIA COMERCIAL DA EMPRESA. A DESCLASSIFICAÇÃO POR INEXEQUIBILIDADE DEVE SER OBJETIVAMENTE DEMONSTRADA, a partir de critérios previamente publicados, após dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.**

**...... o relator relembrou o Acórdão 325/2007-Plenário que, no seu entendimento, poderia ser aplicado para a contratação de serviços continuados: “Dependendo da escolha da estratégia comercial, a empresa pode ser bem agressiva na proposta de preços, relegando a segundo plano o retorno do investimento considerado para o contrato …**

**.......“não há norma que fixe ou limite o percentual de lucro das empresas”, de forma que “atuar sem margem de lucro ou com margem mínima não encontra vedação legal, depende da estratégia comercial da empresa e não conduz, necessariamente, à inexecução da proposta”. O Tribunal, seguindo o voto da relatoria, considerou procedente a Representação e fixou prazo para a anulação do ato de desclassificação da proposta da representante.**

“Nessa matéria, ao contrário do que foi assinalado na peça vestibular, o exame da inexequibilidade da proposta impõe prudência e a prévia oitiva dos interessados, como bem assinalou MARÇAL JUSTEN FILHO, verbis:

**5) A QUESTÃO DA INEXEQUIBILIDADE........................**

**5.1) A DISTINÇÃO ENTRE INEXEQUIBILIDADE ABSOLUTA (SUBJETIVA) E RELATIVA (OBJETIVA)**

**(VIDE CONTRARRAZÕES IGM X CERES.**

Então, Senhores, a Recorrente “criar” agora essa exigência, após o Pregão encontrar-se no seu pleno andamento, é INOVAR NO EDITAL desse MAPA com uma exigência que não constou do seu texto original.

o Acórdão 963/2004 – Plenário:

**“Sobre a DESNECESSIDADE DE DETALHAMENTO DOS ITENS QUE COMPÕEM OS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS NA PLANILHA DE PREÇOS UTILIZADA COMO MODELO NO EDITAL, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, O CONTRATADO É OBRIGADO A ARCAR COM AS CONSEQÜÊNCIAS DAS IMPRECISÕES NA COMPOSIÇÃO DOS SEUS CUSTOS. Não é demais lembrar que a Administração não pagará diretamente pelos encargos trabalhistas indicados na planilha, pois são eles de responsabilidade da contratada. Não interessa para a contratante, por exemplo, se em determinado mês a contratada está tendo gastos adicionais porque muitos empregados estão em gozo de férias ou não. À contratante interessa que haja a prestação de serviços de acordo com o pactuado.”**

**II – O SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DO PRAZO DO EDITAL, PELOS ATESTADOS APRESENTADOS POR ESTA RECORRIDA. A SUPOSTA FALTA DE QUALIFICAÇÃO DESTA RECORRIDA.**

A Lei de Licitações, ao contemplar a qualificação técnica dos licitantes, traduziu em seu artigo 30 a vontade do legislador de não impedir a participação de interessados que possuíssem capacidade e experiência anterior de objeto semelhante ao que é licitado.

**“§ 5o É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.”**

No caso em tela, a Recorrente está entendendo equivocadamente que exigiu-se como prova de desempenho anterior, a apresentação de atestados emitidos há, no máximo, 06 meses.